

Relatório e Contas

IMGA Alocação Defensiva

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

i m gestão de ativos
sgoic

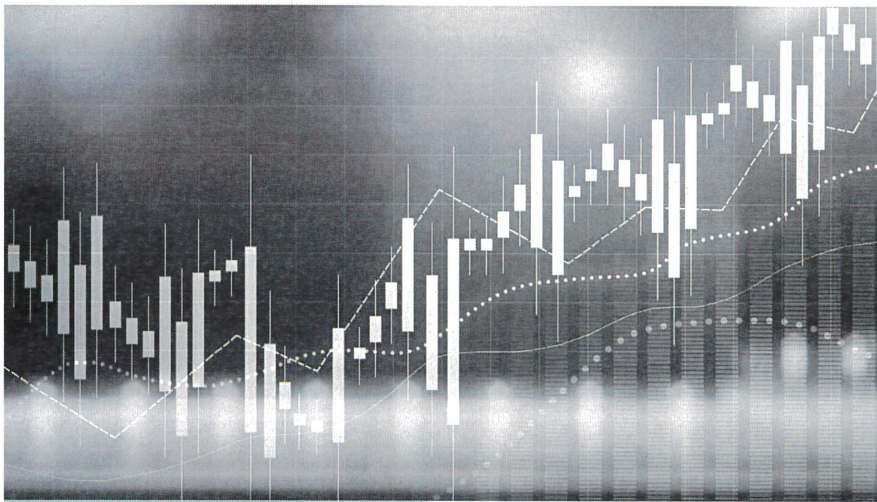
2025

Índice



Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	8
Desempenho Fundos Multiativos e PPR	12
Informação relativa à Gestão do Fundo	14
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	17
Eventos Subsequentes	18
Notas Informativas	21
Balanço	32
Demonstração de Resultados	35
Demonstração de Fluxos de Caixa	37
Anexo às Demonstrações Financeiras	39
Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia	53
Relatório de Auditoria	62





i m | g | a |

Relatório de Gestão

Handwritten mark or signature.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 24 de julho de 2007 como Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários, sob a denominação de Millennium Extra Tesouraria II.

Em 21 de outubro de 2013, efetuou-se a fusão por incorporação do Fundo de Investimento Mobiliário Millennium Extra Tesouraria no Fundo Millennium Extra Tesouraria II.

Em 16 de novembro de 2015 alterou a sua denominação para IMG A Extra Tesouraria II, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMG A, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A 9 de dezembro de 2015, a CMVM autorizou a transformação do fundo em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, tendo a sua denominação sido alterada para IMG A Prestige Global Bond.

Em 18 de junho de 2019, alterou a sua denominação para IMG A Retorno Global.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A 25 de janeiro de 2022 o fundo viu alterada a sua política de investimento e a sua denominação para IMG A Alocação Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

A Categoria R de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 4 de janeiro de 2023.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Síntese da Evolução dos Mercados

A combinação de fundamentais económicos sólidos, com o desempenho económico mais favorável do que o esperado e as políticas orçamental e monetária mais expansionistas permitiu desempenhos favoráveis das principais classes de ativos em 2025. No entanto, a simples observação do perfil anual de valorização oculta as vagas de volatilidade intra-anual.

Depois de os ativos de risco iniciarem o ano com fortes ganhos, a criação de emprego de dez-24 (a melhor leitura em 9 meses) justificou a subida das taxas de juro dos EUA para máximos do ano, com base na perceção de resiliência económica e da possível postura mais expectante da Fed. Ainda em janeiro, a apresentação do modelo de inteligência artificial da Deepseek justificou a primeira vaga de volatilidade nos mercados financeiros de 2025 – associada à qualidade de resposta do modelo, com uma fração dos custos, comparativamente aos modelos dominantes até então – particularmente no segmento tecnológico.

Também as políticas da Administração Trump contribuíram para agitar os mercados financeiros praticamente desde o dia da inauguração, ao surpreender o mundo com a prossecução de uma política externa agressiva, assente na imposição de tarifas aduaneiras sobre alguns dos seus principais parceiros comerciais, incluindo o México, o Canadá e a China.

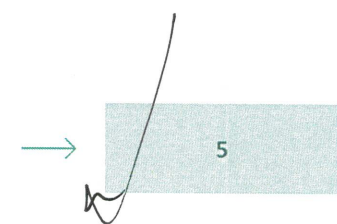
Ainda no decorrer do 1º trimestre de 2025, a esperança num cessar-fogo na Ucrânia e a perceção de menor suporte dos EUA nessa guerra galvanizou o setor de defesa europeu, com base no reforço dos compromissos de gastos nesse segmento na região. Os ganhos nas ações europeias e principalmente a trajetória ascendente das taxas de juro da região saíram reforçados pelo resultado das eleições na Alemanha e pela subsequente flexibilização do “travão da dívida”, que acomodou um aumento substancial dos gastos em defesa e um programa de €500 mil milhões de investimento em infraestruturas neste país. Este tema esteve mesmo na origem da maior subida diária da taxa de juro germânica desde 1990 (+30pb).

O segundo trimestre iniciou-se com o principal pico de volatilidade nos mercados financeiros em 2025, no denominado “*liberation day*” (2 de abril), em que Donald Trump anunciou tarifas “recíprocas” sobre a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA. As tarifas aduaneiras anunciadas foram significativamente superiores ao esperado (entre 10% e 50%), incluindo 20% sobre os bens da UE, 24% sobre o Japão e de 34% sobre a China.

De imediato, assistiu-se a correções históricas dos ativos de risco, em particular dos mercados acionistas, com base na incorporação de riscos significativos de recessão.

A retaliação da China e a subsequente escalada de tarifas até um pico de 145% sobre a China e 125% pela China sobre os bens dos EUA, juntamente com a retórica agressiva de Trump relativamente à atuação da Fed, (que incluiu ameaças de despedimento de Powell), alimentaram perdas subsequentes nas sessões seguintes. Os mercados financeiros viriam a estabilizar com o anúncio de um período de suspensão das tarifas “recíprocas” a 9 de abril, no qual seriam impostos encargos aduaneiros de “apenas” 10% durante um período de 90 dias. Trump tranquilizou ainda os investidores ao revelar que não planeava demitir Powell. A 12 de abril seguiu-se um acordo preliminar com a China, que reduziu drasticamente as tarifas impostas por ambas as partes.

Apesar dos desenvolvimentos relacionados com as tarifas aduaneiras não terem ficado por aqui, com outros anúncios de tarifas setoriais e ameaças de novas escaladas de tarifas, a sequência de eventos descrita marcou um ponto de viragem, com uma perceção progressivamente menos negativa pelos investidores. Nos meses que se seguiram, foram alcançados múltiplos acordos comerciais de natureza bilateral, incluindo com o Reino Unido, a União Europeia, a Coreia do Sul e o Japão, entre outros.



O entusiasmo dos investidores em torno do tema da inteligência artificial viria a estar entre os temas dominantes entre o terceiro e o quarto trimestres do ano, a par dos impulsos da política orçamental nos EUA (aprovação da “*One Big Beautiful Bill*” no Congresso), da política monetária (cortes de 75pb taxas diretoras da Fed) e até da eleição de Sanae Takaichi como nova líder e Primeira-Ministra do Japão, que implementaria pouco depois um pacote significativo de estímulos orçamentais.

Como descrito, as *yields* do segmento de dívida governamental sofreram flutuações significativas no decorrer do ano, com a deterioração do mercado laboral nos EUA e os cortes de taxas diretoras pela Fed (e as compras de ativos anunciadas na última reunião do ano) a contribuírem para quedas das *yields* norte-americanas, de maior proporção nas maturidades mais curtas (-77pb na maturidade a 2 anos) comparativamente ao prazo a 10 anos (-40pb). Já na Europa, apesar dos cortes de

100pb das taxas diretoras do BCE, a perceção de aumento significativo das necessidades de emissão de dívida e as perspetivas económicas mais construtivas no médio-prazo resultaram num acréscimo de 49pb da *yield* alemã no prazo a 10 anos, exclusivamente explicado pela subida da taxa real.

As variações anuais das *yields* dos restantes emitentes soberanos europeus foram diferenciadas. O destaque pela negativa foi, uma vez mais, a França – com uma subida de 37 pontos base e respetivo alargamento do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos – fruto do clima de instabilidade política e da reduzida capacidade de inversão da trajetória orçamental. A Itália posicionou-se no lado oposto, com uma subida absoluta de *yield* de 3 pb em 2025, correspondente a um estreitamento de 46 pontos base do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos. Portugal, Espanha e Grécia situaram-se entre ambos os extremos, com subidas menos expressivas de *yield* e respetivos

estreitamentos de *spread* face à Alemanha 19pb, 26pb e 26pb, respetivamente.

O crescimento dos lucros empresariais, os níveis diminutos de incumprimentos, os fatores técnicos favoráveis e o ambiente de apetite pelo risco contribuíram para mais um ano de estreitamentos dos *spreads* de crédito, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-23pb) quer na dívida *high yield* (-44pb) europeia, que juntamente com os ganhos possibilitados pela componente de *carry* originaram valorizações totais de 3,0% e de 5,3%, respetivamente. O índice de dívida subordinada do setor bancário europeu voltou a destacar-se, com uma valorização anual de 8,7%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente positivos em 2024, com estreitamentos de *spread* de 2pb e 21pb da dívida empresarial *investment grade* e *high yield*, que possibilitaram valorizações anuais de 5,5% e de 8,6%, respetivamente, em moeda local.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos no segmento de rendimento fixo em 2025, com valorizações significativas quer no segmento de dívida governamental quer na dívida empresarial. Estas decorreram quer dos estreitamentos de *spread* quer dos ganhos de *carry* e culminaram em valorizações de 13,7% e de 8,4%, respetivamente.

O segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local somou mesmo a maior valorização no último ano, com ganhos superiores a 18% em 2025, contando com o contributo positivo da apreciação do cabaz de divisas que compõe o índice.

Como descrito, não obstante os desenvolvimentos geopolíticos, os principais ativos de risco somaram valorizações em 2025. A classe acionista esteve em plano de destaque, ao somar apreciações generalizadas e em alguns casos historicamente expressivas.

Nos EUA, os títulos com maior associação à temática de inteligência artificial estiveram novamente em evidência, o que se refletiu nas valorizações expressivas dos setores tecnológico e de serviços de comunicação – que impulsionaram uma vez mais o índice de tecnológicas NASDAQ (+21,1% de retorno absoluto, em moeda local). Ainda assim, o perfil de valorização foi significativamente abrangente em 2025, com apenas o setor imobiliário a entregar perdas em 2025.

O S&P500 valorizou 17,9% em 2025, garantiu o 6º ano de ganhos nos últimos sete, e encerrou o ano próximo de máximos históricos, impulsionado quase em exclusivo pelo maior crescimento dos resultados empresariais, em oposição à expansão apenas marginal dos múltiplos.

Os índices europeus contrariaram o padrão recente e somaram valorizações superiores aos norte-americanos, embora os ganhos

neste caso tenham sido maioritariamente decorrentes da incorporação de expectativas de crescimento futuro (expansão de múltiplos) – o crescimento dos resultados fez-se sentir apenas nas financeiras, nas industriais e nas empresas de *utilities*, que coincidiram com os setores mais bem-sucedidos no ano (valorizações de 41%, 23% e de 29%, respetivamente).

O perfil de rendibilidades numa perspetiva geográfica foi globalmente positivo, embora particularmente favorável à periferia, com as praças espanhola (IBEX), grega (ASE), italiana (FTSE MIB) e portuguesa (PSI20) a valorizarem 53,5%, 48,3%, 38,4% e 34,8% no ano, respetivamente. Os índices francês (CAC 40) e holandês (AEX) estiveram entre os menos proeminentes, com valorizações de 15,9% e de 10,4%.

Nas restantes regiões, a praça acionista que mais se destacou foi a sul coreana, com ganhos anuais de praticamente 79%,

impulsionados pelos setores de equipamento de transporte, de maquinaria, e de construção. Entre os demais, nota para as valorizações igualmente expressivas das praças brasileira (Bovespa +34%), da China (A-shares +28%) e do Japão (Nikkei +28,6%).

Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 21,1% em 2025.

O comportamento do cabaz de matérias-primas não foi menos notável, embora marcado pela habitual disparidade entre os diferentes segmentos. Nota para os ganhos assinaláveis dos metais preciosos, particularmente a prata (+148%), a platina (+127%) e o ouro (+65%), acompanhados pelo paládio (+78%). Entre os metais industriais, nota de destaque para o cobre (+36,5%) e para o alumínio (+16%). No lado oposto, estiveram as desvalorizações no complexo energético (perdas de 15% do gás natural e de 14,4% do Brent).

A trajetória orçamental nos EUA e das respetivas taxa de juro, aliada às implicações das políticas da administração Trump e aos riscos de perda de credibilidade/independência do banco central contribuíram para a perceção de remissão do excecionalismo dos EUA e respetiva depreciação de 9,4% do dólar dos EUA contra os seus principais parceiros comerciais em 2025. O euro esteve entre as moedas mais beneficiadas, com uma apreciação de 13,4% contra o dólar, o que correspondeu ao maior ganho anual desde 2003. O dólar depreciou mesmo contra todas as divisas do G10 e contra o cabaz de moedas de economias emergentes (-8,8%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

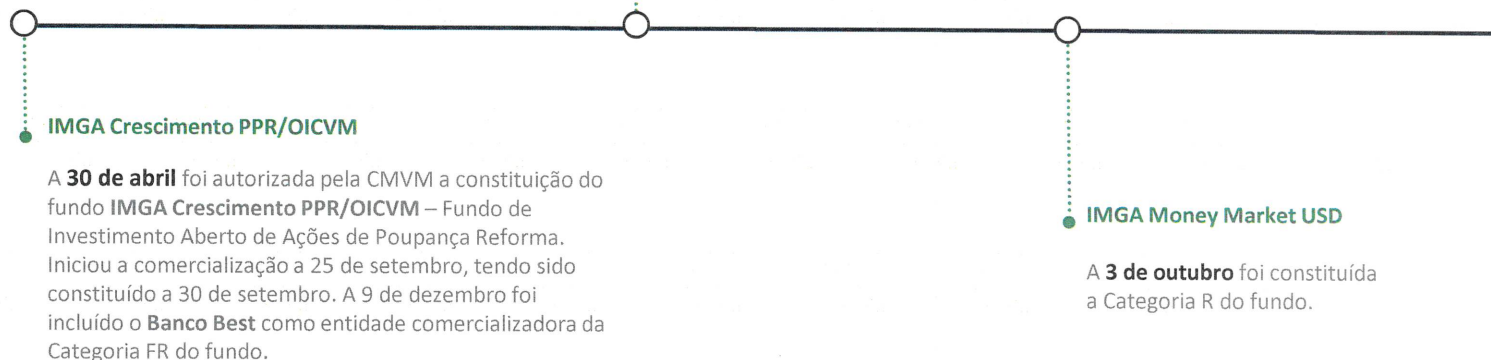
Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

Novos Fundos/Categorias:



IMG A Crescimento PPR/OICVM

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do fundo **IMG A Crescimento PPR/OICVM** – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma. Iniciou a comercialização a 25 de setembro, tendo sido constituído a 30 de setembro. A 9 de dezembro foi incluído o **Banco Best** como entidade comercializadora da Categoria FR do fundo.

BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40

A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40. A 3 de setembro foi iniciada a comercialização do fundo, tendo o mesmo sido constituído a 23 de setembro.

IMG A Money Market USD

A **3 de outubro** foi constituída a Categoria R do fundo.

IMGA GV Portuguese Corporate Debt e IMGA GV Portuguese Equities

A **9 de outubro** foi autorizada a constituição de dois fundos – o IMGA GV Portuguese Corporate Debt e o IMGA GV Portuguese Equities, tendo os mesmos iniciado a comercialização a 28 de outubro. O fundo IMGA GV Portuguese Equities constituiu-se no dia 23 de dezembro.

Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado

A **14 de outubro** iniciou atividade o fundo Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado (Categoria R).

Fusões/Liquidações de fundos

Foi liquidado, a **31 de dezembro de 2025**, o fundo “Bison China Flexible Bond Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo Flexível Aberto.

Novas entidades comercializadoras

A **11 de abril** foi incluído o Banco Bic Português como entidade comercializadora da Categoria A do fundo IMGA Money Market Eur.

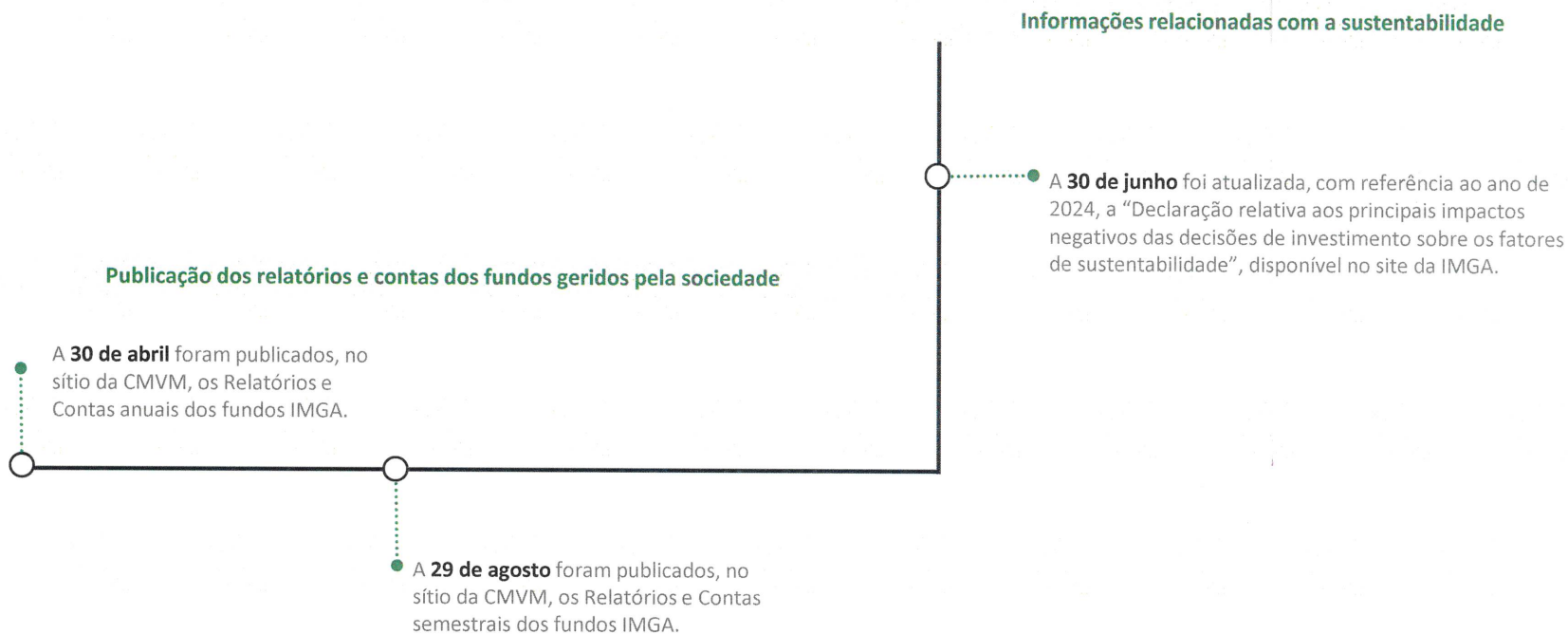
Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela sociedade

A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A **24 de novembro**, no âmbito do processo de integração do Banco BIC Português S.A. no Grupo ABANCA, foram alterados os documentos constitutivos dos fundos comercializados nesse Banco.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

A **22 de dezembro** foram alterados os documentos constitutivos do fundo IMGA Money Market, na sequência da alteração da comissão de gestão da Categoria I desse fundo.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Num contexto marcado por maior incerteza geopolítica e por novas tensões comerciais, com impacto na volatilidade e nas expectativas de crescimento, a generalidade dos fundos multiativos e PPR registaram rendibilidades positivas em 2025, com a volatilidade a manter-se em níveis contidos.

Em termos de rendibilidades anualizadas a 1 ano (Categoria A, como referência), registaram-se resultados positivos e diferenciados: IMGA Alocação Defensiva 2,7%, IMGA Flexível 3,2%, IMGA Alocação Conservadora 3,2%, IMGA Alocação Moderada 4,3% e IMGA Alocação Dinâmica 6,7%. Nos PPR, a rendibilidade anualizada a 1 ano foi de 3,2% no IMGA Poupança PPR e 4,2% no IMGA Investimento PPR.

Nos PPR Ciclo de Vida ABANCA, as rendibilidades anualizadas a 1 ano situaram-se entre 3,1% (+55) e 5,1% (-34). O Eurobic Seleção TOP registou 4,05%.

O saldo de subscrições líquidas em 2025 foi negativo nos fundos multiativos (aproximadamente €82M), com maior impacto no IMGA Alocação Conservadora (€74M).

Nos PPR, o saldo também foi negativo (aproximadamente €23M), refletindo sobretudo o IMGA Poupança PPR (€28,4M), parcialmente compensado por subscrições líquidas positivas no IMGA Investimento PPR (€2,5M), no IMGA Crescimento PPR (€1,3M) e nos PPR Ciclo de Vida ABANCA (€1,6M, no conjunto).

As rendibilidades positivas observadas em 2025 contribuíram para reforçar o desempenho desta tipologia ao longo do ano.

O IMGA Crescimento PPR teve início a 30 de setembro de 2025, pelo que ainda não apresenta rendibilidade anualizada a 1 ano; este fundo vem complementar a oferta de Planos Poupança Reforma da IMGA, com um perfil de volatilidade superior, dado poder investir até 100% em ações.

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA FLEXIVEL CAT A	3,18%	5,86%	4	4,46%	4,53%	3	0,43%	5,38%	4
IMGA FLEXIVEL CAT R	3,28%	5,85%	4	4,57%	4,52%	3	0,47% (*)	5,40%	4
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	2,72%	3,20%	3	4,36%	3,70%	3	-0,15%	4,28%	3
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	2,65%	3,21%	3	4,38% (*)	3,70%	3	-0,14% (*)	4,28%	3
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	3,18%	4,45%	3	5,03%	4,25%	3	0,82%	5,41%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	3,48%	4,52%	3	5,69%	4,45%	3	1,2% (*)	5,51%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	4,32%	6,51%	4	6,58%	5,66%	4	2,79%	6,70%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	4,23%	6,62%	4	6,78%	5,75%	4	2,91% (*)	6,75%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	6,73%	10,70%	5	9,46%	8,90%	4	5,09%	9,76%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	6,73%	10,71%	5	9,51%	8,92%	4	5,1% (*)	9,78%	4
EUROBIC SELEÇÃO TOP	4,05%	3,14%	3	4,51%	2,96%	3	1,27%	3,17%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	3,20%	4,42%	3	5,06%	4,23%	3	0,77%	5,39%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	3,20%	4,42%	3	5,07%	4,24%	3	0,8% (*)	5,40%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	4,20%	6,50%	4	6,37%	5,64%	4	2,56%	6,68%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	4,20%	6,50%	4	6,37%	5,63%	4	2,56% (*)	6,68%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -34	5,07%	7,64%	4	7,24%	6,48%	4	3,14%	6,89%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	4,98%	6,85%	4	7,02%	5,92%	4	3,02%	6,33%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	3,91%	4,85%	3	5,55%	4,42%	3	1,57%	4,83%	3
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida +55	3,10%	3,12%	3	4,02%	3,24%	3	0,09%	3,65%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

Data de referência: 31 de dezembro de 2025

O fundo IMGA Crescimento PPR foi constituído a 30 de setembro de 2025, pelo que não são apresentadas rendibilidades

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2025 voltou a ser um ano de rendibilidades positivas para o Fundo, constituindo-se como o terceiro ano consecutivo de ganhos, depois do ano negativo de 2022.

O ano foi caracterizado por elevada volatilidade, principalmente no primeiro semestre, induzida pelo anúncio de um plano de investimento ambicioso na Alemanha para os próximos anos, pelas políticas mais agressivas do que o esperado do presidente Donald Trump, nomeadamente no que respeita às relações comerciais, à independência da Reserva Federal, à imigração e à política fiscal, e pelos riscos geopolíticos globais que se mantiveram elevados. Estes eventos acabaram por impactar significativamente os números macroeconómicos a longo do ano, trazendo também a estes muita oscilação, basta recordar a antecipação das exportações para os EUA nos primeiros meses do ano de forma a evitar as tarifas comerciais, o impacto no mercado laboral dos EUA da diminuição da imigração ou o aumento do investimento resultante da política fiscal implementada.

Em termos de estimativas, assistimos durante a primeira metade do ano a revisões significativas em baixa do crescimento económico global e em alta da inflação global, revisões estas que viriam a reverter gradualmente ao longo do segundo semestre do ano, à medida que a incerteza diminuía, nomeadamente com a

implementação das tarifas anunciadas a ser gradualmente substituída por acordos comerciais mais favoráveis.

Apesar da incerteza generalizada, a economia global mostrou-se bastante resiliente e a inflação global voltou a retroceder, não se confirmando os piores receios de que o crescimento económico seria mais fraco do que o inicialmente estimado e de que a inflação nos EUA iria aumentar significativamente com a implementação das tarifas. Este contexto permitiu a vários bancos centrais reduzir as suas taxas de juro, nomeadamente a Reserva Federal norte-americana e o Banco Central Europeu (BCE).

Ao nível fiscal, os governos continuaram a estimular a economia de uma forma global, com os EUA a aprovarem um orçamento mais expansionista do que o antecipado, a Alemanha a apresentar um plano de investimento ambicioso para os próximos anos, a China, mais cirúrgica, mas também a intervir quando necessário, e o Japão em vias de reforçar significativamente os estímulos fiscais no próximo ano depois da mudança de liderança política ocorrida. Por outro lado, os riscos geopolíticos acabaram por não ter um impacto muito significativo nos mercados financeiros, apesar de se terem intensificado alguns focos de tensão, como é o caso da Venezuela e do Irão, e de não se ter chegado a uma resolução dos conflitos na Ucrânia e na faixa de Gaza.

Neste contexto, os mercados financeiros acabaram por valorizar, com a maioria dos ativos financeiros a apresentar retornos positivos. As taxas de juro nos prazos mais longos subiram na Europa de forma relevante, penalizando a dívida governamental, mas dada a componente de rendimento, ainda conseguiu devolver um retorno positivo, embora inferior a 1%. Nos EUA, e apesar de toda a incerteza sobre o recuo da inflação e a independência da Reserva Federal, as taxas de juro recuaram de forma significativa, tendo os *treasuries* devolvido uma performance bastante atrativa. Ao nível do crédito, os *spreads* empresariais beneficiaram do apetite dos investidores e da resiliência económica, que se traduziu em taxas de incumprimento relativamente baixas, e estreitaram de forma significativa, levando a retornos positivos tanto no segmento de *investment grade*, como de *high yield* ou na dívida de mercados emergentes.

Os mercados acionistas, por seu lado, beneficiaram do crescimento dos resultados das empresas e de um *repricing* em alta na generalidade dos mercados acionistas. Ao nível dos retornos em euros das principais geografias, é de destacar pela positiva o mercado acionista europeu e de mercados emergentes, enquanto pela negativa se destacou o mercado norte-americano penalizado pelo câmbio.

O dólar acabou mesmo por ser um dos ativos mais penalizados pelos investidores ao longo de 2025, dadas as políticas do presidente Donald Trump, tendo desvalorizado contra as principais moedas, sendo que face ao euro depreciou mais de 10%.

A componente de matérias-primas também teve um comportamento positivo, sendo fortemente impulsionada pelos metais preciosos, que beneficiaram de toda o ambiente de tensão geopolítica que se fez sentir e da procura por parte de vários Bancos Centrais e de diferentes tipos de investidores. Pela negativa, destaque para a componente energética, o que acabou por ser benéfico para a inflação e para o consumo privado.

O Fundo entrou em 2025 com um posicionamento pró-risco, com uma exposição a ações acima do que tem sido o seu histórico mais recente, com uma preferência por crédito em detrimento de governos, e uma ligeira exposição a

alternativos, onde encontramos fontes de risco e retorno diferentes dos restantes ativos em carteira.

A exposição a ações justificava-se dada a perspetiva interessante de crescimento de resultados, impulsionada pelas empresas relacionadas com a inteligência artificial, quer fossem as que fornecem a infraestrutura necessária ou as soluções a implementar, quer fossem aquelas que beneficiam da implementação destas soluções.

A exposição demonstrava inicialmente um viés mais acentuado para os EUA, onde acreditávamos que as políticas da Administração Trump seriam “pró-business”, nomeadamente as associadas aos cortes de impostos e à desregulação, dada a sua maior exposição ao setor tecnológico.

Com o aumento da incerteza relativamente às políticas do presidente norte-americano, dos temas geopolíticos e com a desvalorização do dólar, acabámos por diversificar esse viés para outras geografias.

A exposição a ações foi reduzida temporariamente a meio do ano, após o mercado ter encetado alguma recuperação e dado que a incerteza macroeconómica e geopolítica ainda era elevada, mas a redução desta incerteza, nomeadamente com o estabelecimento de vários acordos comerciais, e a melhoria das perspetivas económicas levaram-nos a reforçar novamente a exposição acionista.

Em termos setoriais destaque para os enviesamentos bem-sucedidos em inteligência artificial e cibersegurança, que beneficiaram do crescimento significativo dos resultados das empresas destes setores, e para o setor da defesa, que beneficiou não só dos conflitos geopolíticos, como da necessidade de vários países reforçarem os seus gastos em defesa e de se terem comprometido a fazê-lo.

Menos bem sucedido foi o investimento em *healthcare*, uma vez que o setor, embora transacionasse a níveis de valorização interessantes, foi penalizado no primeiro

semestre do ano pelas opções políticas do presidente norte-americano. Esta situação inverteu-se nos últimos meses do ano, com o setor a recuperar folego.

A exposição ao crédito manteve-se relevante ao longo do ano, uma vez que acreditávamos que os *spreads* se manteriam suportados dados os fundamentais sólidos das empresas e a ausência de uma perspetiva de recessão.

Por outro lado, a exposição a dívida governamental permaneceu limitada uma vez que, em termos relativos, preferíamos crédito empresarial, dado o *carry* mais interessante, a visão positiva para os *spreads* empresariais e a pressão sobre os níveis de dívida pública.

A exposição a duração mesmo assim permaneceu relevante, principalmente na Europa, dado que a perspetiva de crescimento abaixo do potencial e de queda da inflação, fazia antever que o BCE iria, tal como se verificou, cortar as taxas de juro, deixando de ter uma política monetária restritiva, passando a território neutral.

A duração foi gerida de forma ativa, acabando por ser reduzida na Europa dada a perspetiva de um aumento do endividamento nos próximos anos, e nos EUA dado o receio do impacto que as tarifas poderiam vir a ter na inflação e o cada vez maior *term premium* que os investidores exigiam para investir nas obrigações governamentais norte-americanas, dada a situação fiscal do país, a incapacidade de reduzir os défices e o receio de perda de independência da Reserva Federal.

Ao nível dos alternativos, iniciámos o ano expostos a este segmento, nomeadamente na componente de fundos de retorno absoluto e de matérias-primas.

A exposição a fundos de retorno absoluto foi diversificada em várias estratégias que acabaram por se revelar positivas para a performance da carteira, enquanto a exposição a metais preciosos, embora de menor dimensão, acabou por ter uma valorização muito expressiva.

A exposição aos alternativos foi reforçada ao longo do ano, na procura de fontes de alfa diversificadoras e à medida que o seu valor relativo aumentava.

Em termos de contributos para a performance do Fundo, todas as grandes classes de ativos contribuíram positivamente, sendo de destacar na componente obrigacionista, a contribuição do crédito, nomeadamente o norte-americano e de mercados emergentes, na componente acionista, o contributo das ações europeias e, nos alternativos, a valorização dos metais preciosos. Pela negativa, o destaque foi o impacto da desvalorização do dólar, uma vez que alguns ativos se encontram expostos ao câmbio.

Em 2025, o fundo IMGA Alocação Defensiva apresentou uma rendibilidade de 2,7% no ano nas categorias A e R.

O valor líquido global atingiu €18,9M, uma redução de 0,9% face aos €19,1M do final de 2024. As vendas líquidas foram negativas em €0,7M, com subscrições de €3M e resgates de €3,7M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos Multiativos e PPR
- Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

- Eventos Subsequentes
- Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 31/12/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	314.327	248.353	3
Administradores independentes	43.500	0	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	50.705	0	4
Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número A 31/12/2025
Colaboradores	2.460.859	451.169	50

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor

externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €32.595 pelos serviços prestados nesse âmbito. Em 2025 foram pagos €2.945 relativamente a indemnizações por cessação de contrato de trabalho. As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de

Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior. Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

Em 2025 não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

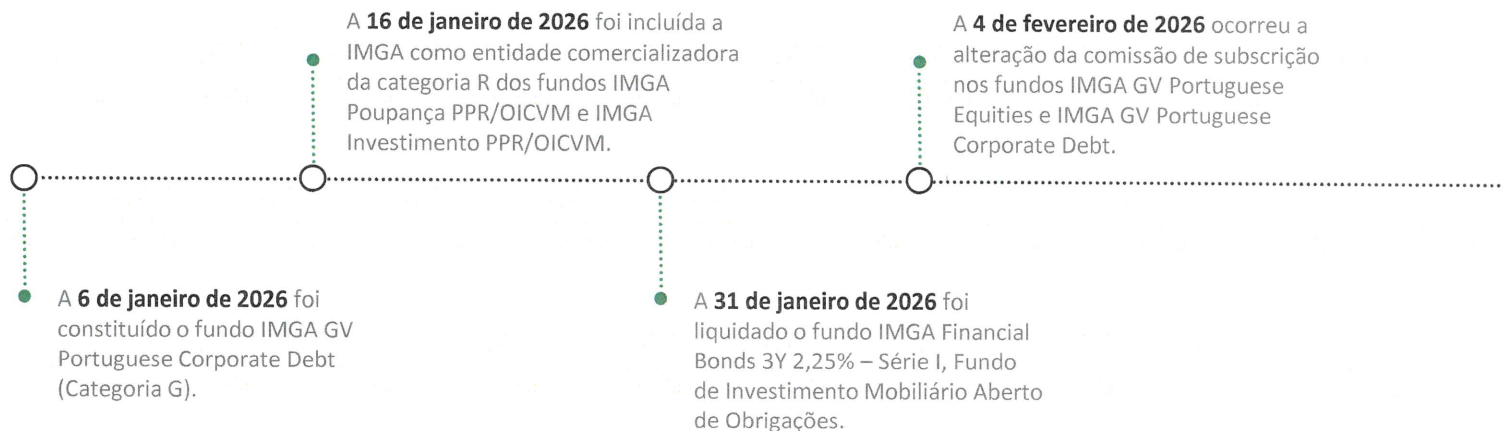
Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes



A **11 de fevereiro de 2026**, a Plural Markets passou a ser o novo comercializador dos seguintes fundos:

- IMGA Ações Portugal
- IMGA Portuguese Corporate Debt
- IMGA Money Market
- IMGA Liquidez
- IMGA Euro Taxa Variável
- IMGA GV Portuguese Corporate Debt
- IMGA GV Portuguese Equities
- IMGA European Equities
- IMGA Global Equities Selection
- IMGA Poupança PPR/OICVM
- IMGA Investimento PPR/OICVM
- IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **12 de fevereiro de 2026** foi constituída a categoria D do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40.

A **19 de fevereiro de 2026**, foi constituída a Categoria R no fundo IMGA Rendimento Mais.

A **23 de março de 2026**, foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Money Market USD.

À data de conclusão deste relatório, em face das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar atentamente o desenrolar da atual situação de conflito no Médio Oriente e as possíveis repercussões que poderá vir a ter na economia a nível mundial e nacional, que, nesta data, continuam a não ser possíveis de antecipar com fiabilidade.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Notas Informativas

IMGA Alocação Defensiva - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição:

24 de julho de 2007

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:

(31 de dezembro de 2025)

18 934 259 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A										
Rendibilidade	2,8%	1,1%	-3,0%	4,0%	2,7%	-0,5%	-12,3%	6,5%	4,1%	2,7%
Risco (nível)	3	2	2	2	4	2	4	3	3	3
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	4,1%	2,7%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo investe em unidades de participação de outros fundos de investimento harmonizados ou equiparados, incluindo fundos de investimento admitidos à negociação nos mercados regulamentados e fundos de investimento administrados pela IM Gestão de Ativos, obrigações, ações, outros valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário e pode investir noutros fundos de investimento nos termos legais e regulamentares.

O fundo investe em unidades de participação de outros fundos de investimento (mínimo de 30% do seu valor líquido global). Os fundos nos quais investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%. Até 1/3 do seu valor líquido global, o fundo poderá também investir em depósitos bancários à ordem ou a prazo não superior a 12 meses.

Segue as seguintes alocações: máximo de 20% em ações e entre 5% e 95% em obrigações de taxa fixa.

Pode estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 15% do seu valor líquido global e pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do fundo, dentro dos limites legalmente estabelecidos. Não procura exposição preferencial a um setor de atividade.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a sua rentabilidade, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.



EVOLUÇÃO DO FUNDO

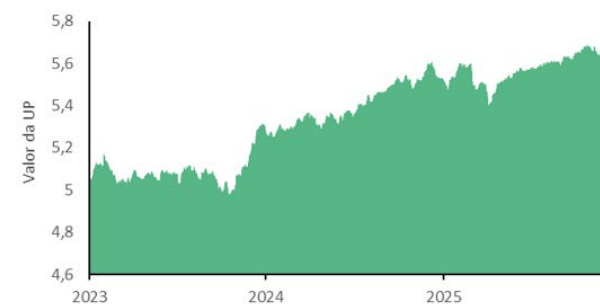
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Categoria A



Categoria R



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A					
Nº. UP's em circulação	2 427,5255	3 440,5658	3 071,1848	3 049,6941	2 942,6524
Valor Unitário UP (Euro)	6 447,5857	5 651,9429	6 017,4109	6 262,4033	6 432,9285
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R					
Nº. UP's em circulação	-	-	593,7417	956,8763	772,9083
Valor Unitário UP (Euro)	-	-	5,3101	5,5291	5,6757

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

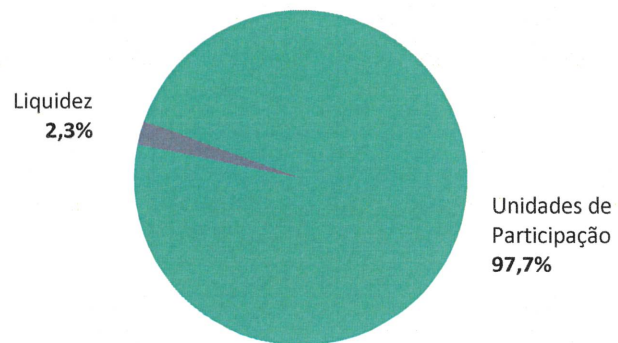
31.12.2025

Valores mobiliários	18 631 936
Saldos bancários	170 605
Outros ativos	160 010
Total dos ativos	18 962 551
Passivos	28 291
Valor Líquido de Inventário	18 934 259

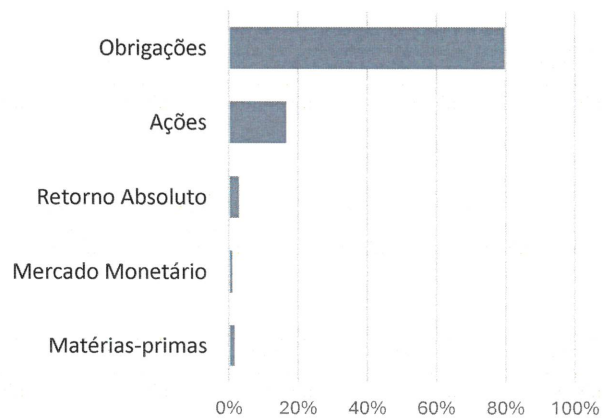


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

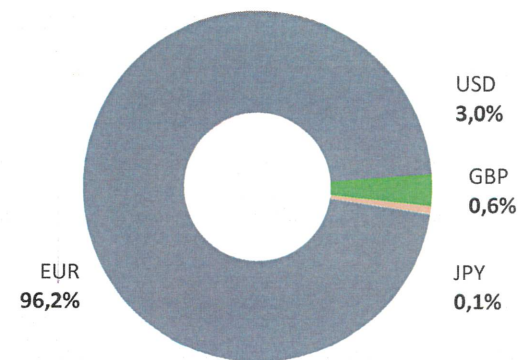
Carteira Ativos



Unidades de Participação



Exposição Cambial



TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	17 227 671	1 466 619	62 354	18 631 936	-	18 631 936	100%
TOTAL	17 227 671	1 466 619	62 354	18 631 936	-	18 631 936	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	3 225
Outros investimentos	6 943
Mais-valias de investimento	1 892 283
Custos	
Custos de gestão	(152 878)
Custos de depósito	(9 555)
Outros encargos, taxas e impostos	(29 001)
Menos-valias de investimentos	(1 204 617)
Lucro líquido	506 399
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	3 023 887
Resgates	(3 699 732)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

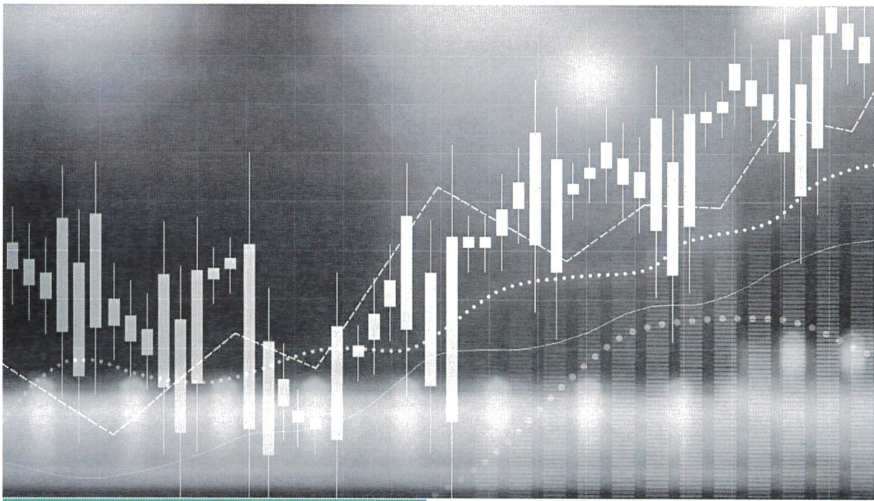
(valores em euro)

	IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A		IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	18 480 581	6017,4109	3 153	5,3101
31.12.2024	19 098 414	6262,4033	5 291	5,5291
31.12.2025	18 929 872	6432,9285	4 387	5,6757

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2024	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2025
Operações Cambiais	125 495	2 008 900	(1 624 527)	(8 741)	501 128
Operações Sobre Taxas de Juro	2 454 144	6 749 278	(8 662 769)	(12 522)	528 131
Operações Sobre Índices	-	-	-	-	-



i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

A handwritten signature or mark in black ink, located in the bottom right corner of the page. It appears to be a stylized, cursive signature.

ATIVO						
Código	Designação	31.12.2025			31.12.2024	
		Bruto	Mv	m v/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações					
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	17 227 671	1 466 619	(62 354)	18 631 936	18 511 410
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>17 227 671</u>	<u>1 466 619</u>	<u>(62 354)</u>	<u>18 631 936</u>	<u>18 511 410</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores	159 975			159 975	205 533
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>159 975</u>			<u>159 975</u>	<u>205 533</u>
Disponibilidades						
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	170 605			170 605	408 519
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>170 605</u>			<u>170 605</u>	<u>408 519</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proventos	34			34	25
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>34</u>			<u>34</u>	<u>25</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>17 558 286</u>	<u>1 466 619</u>	<u>(62 354)</u>	<u>18 962 551</u>	<u>19 125 488</u>
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A					2.943	3.050
Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R					773	957

PASSIVO			
Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	14 717 155	15 253 319
62	Variações Patrimoniais	(611 571)	(471 890)
64	Resultados Transitados	4 322 276	3 595 741
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	506 399	726 535
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>18 934 259</u>	<u>19 103 705</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes	8 157	2 003
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	14 511	15 193
424+...+429	Outras contas de Credores	2 377	2 408
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>25 045</u>	<u>19 605</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	3 212	2 153
56	Receitas com Provento Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	34	26
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>3 247</u>	<u>2 179</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>18 962 551</u>	<u>19 125 488</u>
Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A		6 432,9285	6 262,4033
Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R		5,6757	5,5291



(Valores em EUR)

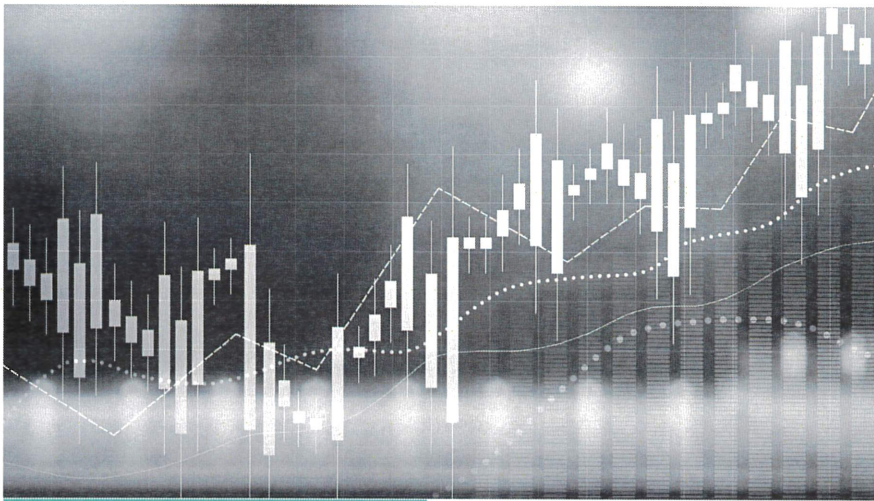
Data: 31.12.2025

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	501 128	249 844
	<i>Total</i>	<u>501 128</u>	<u>249 844</u>
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	719 700	2 558 837
	<i>Total</i>	<u>719 700</u>	<u>2 558 837</u>
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	<u>1 220 828</u>	<u>2 808 681</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>191 569</u>	<u>229 041</u>

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		124 348
	<i>Total</i>		<u>124 348</u>
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	191 569	104 693
	<i>Total</i>	<u>191 569</u>	<u>104 693</u>
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	<u>191 569</u>	<u>229 041</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>1 220 828</u>	<u>2 808 681</u>



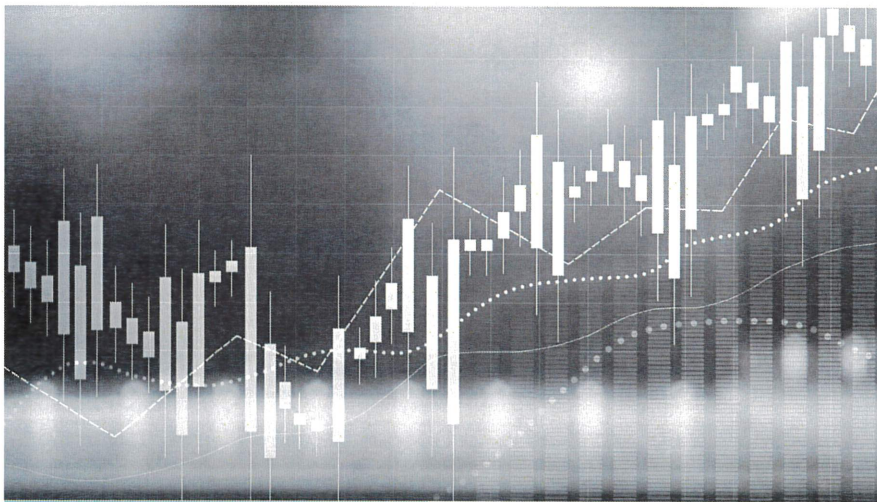
i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'J' or similar character, located in the bottom right corner of the page.

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	73	37	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	3 225	7 717
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 886	5 793		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	165 357	158 923	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		5 651
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	191 872	45 166	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 037 092	959 535
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1 012 746	1 637 447	839	Em Operações Extrapatrimoniais	855 191	1 619 635
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7411+7421	Impostos Indirectos	15 711	15 597	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
7412+7422	Outros impostos						
7418+7428	Provisões do Exercício						
	Provisões para Encargos						
751	Outros Custos e Perdas Correntes	4 407	4 305				
77							
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>1 396 052</u>	<u>1 867 268</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		1 265
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	6 907	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	36	1
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>506 399</u>	<u>726 535</u>	66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	<u>1 902 451</u>	<u>2 593 803</u>		TOTAL	<u>1 902 451</u>	<u>2 593 803</u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	839 333	914 226	F - E	Resultados Eventuais	6 943	1 265
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(157 555)	(17 812)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	506 399	726 535
				B+D+F-A-C			
B-A	Resultados Correntes	499 456	725 270	E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	506 399	726 535



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

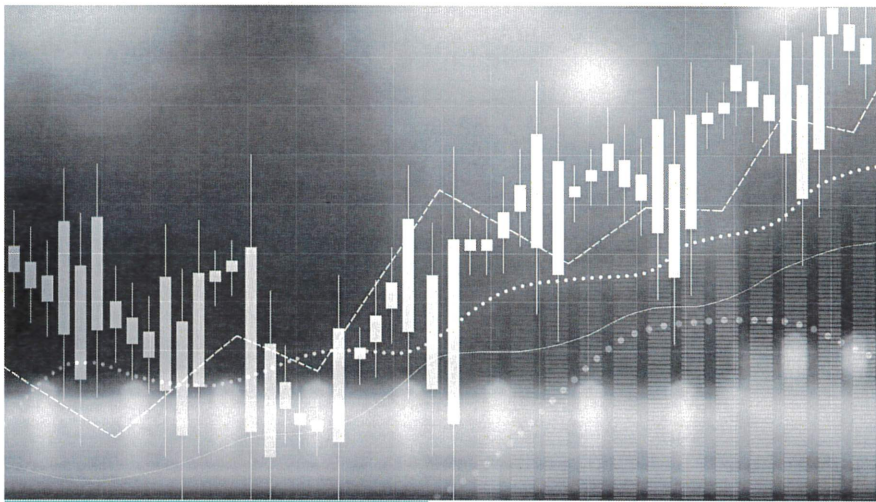
Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

A handwritten signature or mark, possibly a stylized letter 'J' or a similar character, located in the bottom right corner of the page.

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-25		31-dez-24	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		3 023 887	3 180 738	3 180 738
Subscrição de unidades de participação	3 023 887			
PAGAMENTOS:		3 693 578	3 304 330	3 304 330
Resgates de unidades de participação	3 693 578			
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(669 691)		(123 592)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:		8 120 294		6 101 260
Venda de títulos e outros ativos	53 330		7 486	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	8 066 964		6 088 123	
Rendimento de títulos e outros ativos	0		5 651	
PAGAMENTOS:		7 532 852		5 894 438
Compra de títulos e outros ativos	119 547		7 350	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	7 407 249		5 881 126	
Comissões de corretagem	3 100		3 073	
Outras taxas e comissões	48		142	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	2 908		2 747	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		587 441		206 822
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		2 099 437		3 597 091
Operações cambiais	294 824		242 870	
Operações de taxa de juro	536 650		1 317 623	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	529 822		580 055	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	738 141		1 456 543	
PAGAMENTOS:		2 083 294		3 498 131
Operações cambiais	285 646		268 521	
Operações de taxa de juro	575 574		1 360 740	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	487 022		593 525	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	735 052		1 275 345	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		16 142		98 960
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		3 225		7 717
Juros de depósitos bancários	3 225		7 717	
PAGAMENTOS:		181 976		173 644
Juros devedores de depósitos bancários	95		43	
Comissão de gestão	159 142		151 973	
Comissão de depósito	9 948		9 515	
Taxa de supervisão	2 931		2 793	
Impostos e taxas	9 860		9 320	
Fluxo das operações de gestão corrente		(178 751)		(165 928)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		6 943		1 265
Ganhos extraordinários	6 943		1 265	
Fluxo das operações eventuais		6 943		1 265
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(237 915)		17 527
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		408 519		390 993
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		170 605		408 519





i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'J' or similar character, located in the bottom right corner of the page.

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Alocação Defensiva – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 19 de julho de 2007, tendo iniciado a sua atividade em 24 de julho de 2007. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em obrigações à escala global, prevenindo adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos. Para o efeito, investe, maioritariamente, em obrigações, de forma direta ou indireta, exceto em situações em que a gestão do fundo entenda ser adequado o investimento em ativos de menor risco, nomeadamente o investimento em depósitos ou em outros instrumentos do mercado monetário.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, foi de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos) para a Categoria A e de cinco euros para as Categorias I e R.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2025
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R				
Valor base	15 253 319	2 400 079	3 132	(2 935 323)	(4 052)				14 717 155
Diferença p/Valor Base	(471 890)	620 308	368	(759 958)	(399)				(611 571)
Resultados distribuídos	-								-
Resultados acumulados	3 595 741						726 535		4 322 276
Resultados do período	726 535						(726 535)	506 399	506 399
SOMA	19 103 705	3 020 387	3 500	(3 695 281)	(4 451)	-	-	506 399	18 934 259
Nº de Unidades participação									
Categoria A	3 050	480		(587)					2 943
Categoria R	957		626		(810)				773
Valor Unidade participação									
Categoria A	6 262.4033								6 432.9285
Categoria R	5.5291								5.6757

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	31-12-25	6 432.9285	18 929 872	2 943	5.6757	4 387	773	18 934 259	3 716
	30-09-25	6 376.0410	19 129 119	3 000	5.6311	4 352	773	19 133 471	3 773
	30-06-25	6 306.0958	18 877 940	2 994	5.5685	3 306	594	18 881 246	3 587
	31-03-25	6 229.9777	19 554 623	3 139	5.5000	5 725	1 041	19 560 348	4 180
Ano 2024	31-12-24	6 262.4033	19 098 414	3 050	5.5291	5 291	957	19 103 705	4 007
	30-09-24	6 255.5170	18 744 820	2 997	5.5230	3 279	594	18 748 100	3 590
	30-06-24	6 076.9461	17 996 629	2 961	5.3644	3 185	594	17 999 814	3 555
	31-03-24	6 080.1447	17 878 489	2 940	5.3663	3 186	594	17 881 675	3 534
Ano 2023	31-12-23	6 017.4109	18 480 581	3 071	5.3101	3 153	594	18 483 734	3 665
	30-09-23	5 680.3880	17 963 811	3 162	5.0122	2 976	594	17 966 787	3 756
	30-06-23	5 755.1455	18 725 263	3 254	5.0778	3 015	594	18 728 277	3 847
	31-03-23	5 725.6866	19 431 599	3 394	5.0514	2 999	594	19 434 598	3 988

Em 31 de dezembro de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	1
10% ≤ UPs < 25%	-	1
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	-
0.5% ≤ UPs < 2%	31	-
UPs < 0.5%	994	-
TOTAL	1 025	2

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2025, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Futuros	8 758 178	-	10 287 296	-	19 045 474	-
Opções	277 875	-	123 725	-	401 600	-
Unidades de Participação	13 695 193	-	11 696 236	-	25 391 429	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	3 023 887	-
Resgates	3 699 732	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Money Market - CAT I	100 826	1 669	-	102 495	-	102 495
	100 826	1 669	-	102 495	-	102 495
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	85 263	1 534	-	86 798	-	86 798
AB SICAV I-Int Healt Care I Eur	102 014	3 114	-	105 128	-	105 128
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Markets Bond	174 520	43 106	-	217 626	-	217 626
Algebric UCITS Funds plc-Algebris Financial Credit	379 679	20 279	-	399 958	-	399 958
COMGEST GROWTH EUROPE-EUR-IA	53 214	1 371	-	54 585	-	54 585
Candriam Bonds Floating Rate Notes-I	576 175	27 319	-	603 495	-	603 495
Carmignac Portfolio- Long-Short European Equities	191 897	12 396	-	204 293	-	204 293
DNCA INVEST-ARCHER M/C EU-I	29 007	72	-	29 080	-	29 080
DWS Floating Rate Notes Fcp Ic Eur	208 936	8 699	-	217 635	-	217 635
DWS Invest-CROCI Japan	21 089	5 241	(2 700)	23 629	-	23 629
Fisher Invts Instl US Small & Mid-Cap Core Eq USD	39 853	3 793	(1 168)	42 477	-	42 477
GAMCO International SICAV - Merger Arbitrage - I	134 591	11 474	-	146 064	-	146 064
GS EMRG MRKT CORP BD PT I HA	38 096	2 400	-	40 497	-	40 497
GS EURO CREDIT - I CAP EUR	1 775 494	160 050	-	1 935 544	-	1 935 544
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	32 524	7 772	-	40 297	-	40 297
JAN HND HRZN PAN EU SC-I2EUR	37 668	941	-	38 609	-	38 609
JAN HND PAN EUR- H EUR ACC	167 982	27 462	-	195 444	-	195 444
Janus Hend-MLT SC INC-H2 HEU	535 056	28 794	-	563 850	-	563 850
Janus Henderson GLB-Life Scienc FD H2 EUR	52 043	6 997	-	59 040	-	59 040
LAZARD EURO CORP HI YID-PVC	187 178	16 216	-	203 394	-	203 394
New Capital US Small Cap Growth USD Inst Acc	33 230	3 268	(783)	35 715	-	35 715
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	1 104 302	76 256	-	1 180 558	-	1 180 558
Pictet- Short Term Emerging Corporate Bonds	119 731	4 496	-	124 227	-	124 227
Robeco-QJ Emerg Mkt Act-I Eur	150 610	19 520	-	170 129	-	170 129
Vanguard-Euroz IN LK IND-IN - UCITS	452 624	2 819	-	455 442	-	455 442
Aberdeen Standard SICAV I - China A Share Sustainable Equity Fund	86 375	9 814	-	96 189	-	96 189
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	132 052	31 624	-	163 676	-	163 676
BlackRock Strategic Funds-Americas Diversified Equity Absolute Return	608	3	-	611	-	611
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	1 019 276	43 163	-	1 062 439	-	1 062 439
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	1 451 056	145 041	-	1 596 097	-	1 596 097
DPAM B BND EUR GVT-F EUR ACC	65 153	-	(322)	64 831	-	64 831
DWS Invest - Artificial Intelligence US	142 897	2 333	(2 685)	142 545	-	142 545
European Specialist Investment Funds M&G European	1 717 332	188 861	-	1 906 193	-	1 906 193
Fidelity Fds Asia Pacific Opp I USD	51 939	11 291	(4 088)	59 142	-	59 142
Fidelity-Usd Bnd-I Acc Eur H	252 948	17 153	-	270 101	-	270 101
First St Asian Eq Pl - III - A USD	49 263	8 425	(3 057)	54 631	-	54 631
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	211 059	8 321	-	219 380	-	219 380
Invesco-Asia Equity-Z Eur ACC	104 772	20 588	-	125 359	-	125 359
JPM Japan Equity (C) ACC EUR	22 994	3 934	-	26 928	-	26 928
M&G LX EPISODE MACRO-EURTIHA	95 270	4 000	-	99 271	-	99 271
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV	1 431 273	161 282	-	1 592 556	-	1 592 556
Natixis International Funds Lux I-Loomis Sayles Sh	77 321	3 697	-	81 018	-	81 018
PIMCO GIS-INCOME FUND-INSEHA	512 499	32 094	-	544 593	-	544 593
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	851 075	23 389	-	874 464	-	874 464
THREADNEEDLE (LUX) AMER SML COM FD IE EU	28 757	-	(3 880)	24 876	-	24 876
WELLINGTON EURO HIGH YIELD BD FD S EUR	242 445	8 852	-	251 297	-	251 297
Wellington Strategic European EQ-S EUR AC	212 410	65 550	-	277 960	-	277 960
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	28 733	1 590	-	30 323	-	30 323
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	148 167	4 959	-	153 125	-	153 125
Ishares FTSE 100 ACC	85 679	18 407	(3 460)	100 626	-	100 626
JPMorgan E Europe Res Enh Idx Eqty Es ETF	341 284	25 529	-	366 813	-	366 813
JPMorgan E US Research Enh Idx Eqty ETF	390 906	37 829	(27 206)	401 529	-	401 529
L&G CYBER SECURITY UCITS ETF	38 667	-	(2 592)	36 075	-	36 075
WT Europe Defence UCITS ETF	94 964	-	(5 013)	89 951	-	89 951
X IE Physical Gold Etc Eur	198 060	40 266	-	238 326	-	238 326
	16 768 009	1 413 383	(56 954)	18 124 437	-	18 124 437
<i>OIC domiciliados E. não membro UE</i>						
BARING CAP EU HIGH YLD-B EUR	163 371	19 799	-	183 170	-	183 170
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	108 774	28 220	-	136 994	-	136 994
Ishares \$ TIPS UCITS ETF (IDTP LN)	48 054	2 713	(5 006)	45 762	-	45 762
Ishares JPM EM LCL GOV BND	38 637	835	(395)	39 078	-	39 078
	358 837	51 567	(5 400)	405 004	-	405 004
TOTAL	17 227 671	1 466 619	(62 354)	18 631 936	-	18 631 936

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 2025, foi o seguinte:

(Valores em Euro)				
Descritivo	31-12-2024	Aumentos	Reduções	31-12-2025
Depósitos à ordem	408 519	13 253 785	13 491 700	170 605
TOTAL	408 519	13 253 785	13 491 700	170 605

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada,

designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio

das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

- b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
 - j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Direitos	-	17 204	17 204	-	-	-	-
Unidades de participação	837 824	182 063	1 019 888	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	3 191	34	-	3 225
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	23 717	23 717	-	-	-	-
Futuros de moeda	-	294 824	294 824	-	-	-	-
Taxa de Juro							
Futuros	-	536 650	536 650	-	-	-	-
TOTAL	837 824	1 054 458	1 892 283	3 191	34	-	3 225

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Direitos	-	83 353	83 353	-	-	-
Unidades de participação	9 940	98 579	108 519	-	-	-
Depósitos	-	-	-	73	-	73
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	151 526	151 526	-	-	-
Futuros de moeda	-	285 646	285 646	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	575 574	575 574	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	152 878	-	152 878
de Depósito	-	-	-	9 555	-	9 555
de Supervisão	-	-	-	2 753	-	2 753
de Carteira de títulos	-	-	-	5 886	-	5 886
Outras	-	-	-	170	-	170
TOTAL	9 940	1 194 678	1 204 617	171 316	-	171 316

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2025 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	31-12-2024
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	15 711	15 597
TOTAL	15 711	15 597

10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2025, o OIC tem acordado junto do Millenium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €500.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2025, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas		À Vista	A Prazo				Posição Global
			Forward	Futuros	Swaps	Opções	
GBP	GBP	102 377	-	-	-	-	102 377
JPY	JPY	4 768 688	-	-	-	-	4 768 688
USD	USD	1 233 679	-	588 825	-	-	1 822 504
Contravalor Euro	Total in Euro	1 193 167	-	501 128	-	-	1 694 295

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	(191 569)	-	(191 569)
mais de 7 anos	-	-	-	719 700	-	719 700

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	158 440	0.83%	37	0.84%
Comissão de Depósito	9 935	0.05%	3	0.06%
Taxa de Supervisão	2 753	0.01%	1	0.01%
Custos de Auditoria	4 405	0.02%	1	0.02%
Encargos outros OIC	88 339	0.46%	21	0.46%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	9 560	0.05%	2	0.05%
Outros Custos Correntes	2 963	0.02%	1	0.02%
TOTAL	276 395		65	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		1.45%		1.47%

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

A handwritten signature or mark in black ink, located in the bottom right corner of the page. It appears to be a stylized, cursive signature.

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Alocação Defensiva**
 Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300771HKIR383I66**
 Código do fundo (CMVM): **1020**

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

Sim

Não

Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%

Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises, classificações de rating ESG e dados de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter vindo a melhorar nos últimos anos, esta informação ainda é limitada para diversos indicadores, tanto ao nível da sustentabilidade ambiental como social.

À data de preparação deste relatório o Fundo estava investido 100% em fundos de investimento e ETFs.

A maioria dos fundos de investimento em carteira encontram-se classificados ao abrigo do artigo 8º do SFDR, não obstante a informação relativamente à exposição da carteira aos indicadores analisados é limitada, pelo que é considerada a informação prevista para estes fundos de acordo com a sua

política de investimento em termos de sustentabilidade, nomeadamente no que refere aos limites mínimos a que se comprometem de investimento em entidades alinhadas com características A/S e/ou sustentáveis.

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

Para a carteira de fundos de investimento, a sua composição em termos ESG no final de 2025 era a seguinte:

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	Nível de Cobertura				Promoção Características A/S		Sustentáveis	
		Nº Fundos	Nº Fundos Analisados	% Ativos	% Fundos Analisados	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira
artº 6º	13	-	9,1%	-	-	-	-	-	
artº 8º	47	47	90,9%	90,9%	70,0%	65,4%	17,5%	9,2%	
artº 9º	0	0	0,0%	0,0%	-	-	-	-	
n.d.	0	0	0,0%	0,0%	-	-	-	-	
TOTAL	60	47	100,0%	90,9%	70,0%	65,4%	17,5%	9,2%	

Em resumo, a carteira de ativos é composta em cerca de 100% por fundos de investimento, 90,9% constituídos ao abrigo do artigo 8º do Regulamento SFDR, isto é, como objetivo de promoção de características A/S através do investimento mínimo, em média, de cerca de 65,5% das suas carteiras de ativos em entidades considerados alinhados com características A/S e cerca de 17,5% dos seus ativos em entidades sustentáveis. Para o Fundo, estes investimentos contribuíram, respetivamente, em 65,4% para a percentagem de ativos considerados alinhados com características A/S e 9,2% para a percentagem de ativos considerados sustentáveis.

Os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do mesmo Regulamento, ou seja, sem objetivos de promoção de características A/S e sem objetivo de investir apenas em ativos considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental e/ou social, representavam cerca de 9,1% da carteira de ativos. Tratando-se de fundo artigo 6º, a sua contribuição para ambas as componentes “Promoção de Características A/S” e “Sustentáveis” é nula.

... e em relação a períodos anteriores?

A evolução do investimento em fundos com objetivo de promoção de características A/S ou sustentáveis foi a seguinte:

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	2024			2025		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
artº 6º		10,6%	-	-	9,1%	-	-
artº 8º		89,1%	63,9%	9,3%	90,9%	65,4%	9,2%
artº 9º		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
n.d.		0,3%	-	-	0,0%	-	-
TOTAL		100,0%	63,9%	9,3%	100,0%	65,4%	9,2%

A exposição a fundos de investimento manteve-se em linha com o ano anterior, nomeadamente quanto à exposição a fundos constituídos ao abrigo do artigo 6º e a fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR, tendo-se mantido a exposição a entidades que promovam alguma característica A/S e a investimentos sustentáveis.

Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?

Tendo em vista a estratégia, política e objetivo do fundo, a IMGA procurou o investimento em entidades que permitissem maximizar a rentabilidade e, ao mesmo tempo, controlar o risco, nomeadamente os riscos relacionados com sustentabilidade.

Para isso, e quanto à seleção de fundos de investimento e ETFs, a entidade gestora, durante o seu processo de investimento e *due-diligence* às sociedades gestoras dos OICs elegíveis, incorpora, conjuntamente com a análise ao comportamento do fundo, fatores ESG, procurando investir naqueles que, em igualdade de circunstâncias, considerem fatores de sustentabilidade quer ao nível do OIC quer ao nível da sociedade.

Neste contexto, foram realizados diversos investimentos que permitiram ao fundo cumprir com os objetivos de investimento sustentável a que se comprometeu, tendo atingido os valores apresentados nos quadros anteriores.

Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

A IMGA apenas são considera como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade ambiental e/ou social e que não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, são analisados diversos indicadores ambientais e sociais dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, para os quais exista informação suficiente divulgada pela maioria dos emitentes alvo do investimento. Assim, para a componente de ativos diretos, foram considerados para este efeito os seguintes indicadores relacionados com:

i. **Indicadores ambientais:** Emissões de gases com efeitos de estufa (emissões GEE), nomeadamente no que refere à intensidade dessas emissões face a um referencia setorial, impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou cujas atividades tenham impacto em espécies ameaçadas ou que provoquem a degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos ou que estejam significativamente envolvidas na fabricação de pesticidas e outros produtos agroquímicos.

Relativamente aos emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a intensidade das emissões carbónicas.

ii. **Indicadores sociais:** Também para os indicadores sociais se procura avaliar o alinhamento com normas mínimas aplicáveis a índices de referência da EU para a transição climática, nomeadamente o cumprimento dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas ou as Diretrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, o envolvimento em quaisquer atividades relacionadas com armas controversas e produção de tabaco. Neste sentido não foram detetadas quaisquer situações de não cumprimento de qualquer princípio ou *guideline* previstos, bem como qualquer situação de envolvimento em atividades relacionadas com armas controversas ou com envolvimento significativo na produção de tabaco nos investimentos considerados sustentáveis.

Para os emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a dispersão de rendimento entre a população, nomeadamente o coeficiente de Gini determinado pela OCDE, e indicadores os indicadores determinados pela organização não governamental Freedom House para as diversas componentes, nomeadamente liberdade de expressão, direitos humanos, corrupção, estabilidade política e estado de direito. Não são igualmente consideradas sustentáveis entidades onde sejam detetadas quaisquer situações de violação dos direitos humanos, normas laborais, diversidade e corrupção. Não foram ainda considerados sustentáveis os investimentos em países incluídos nas listas da EU, adotadas pelo Conselho em 17 de fevereiro de 2026, como se tratando de jurisdições não cooperativas para fins fiscais. Para além destes são analisadas quaisquer investimento e entidades governamentais sujeitas a violações de cariz social.

Informação adicional sobre o cálculo destes indicadores está disponível em:



https://www.imga.pt/media/6346/declaracao_principais_impactos_negativos_sustentabilidade.pdf

Adicionalmente, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, a Sociedade utiliza critérios de exclusão, análise de controvérsias, bem como repondera positivamente nas suas decisões de investimento os emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação.

Os investimentos considerados como sustentáveis são analisados procurando detetar e analisar quaisquer situações de potencial incumprimento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carte Internacional dos Direitos Humanos.

No entanto, o Fundo apenas se encontrava investido noutros OICs, alguns dos quais geridos pela IMGA e para os quais foram considerados os critérios acima referidos relativamente aos indicadores ambientais e sociais considerados para efeitos de cumprimento do princípio “*não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável*”.

Para os fundos geridos por outras sociedades gestoras, a IMGA incorpora na sua análise critérios de seleção ESG de forma a garantir que o princípio “*não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável*” é considerada por cada sociedade gestora dos fundos artigo 8º alvo de investimento, de acordo com a suas metodologias internas.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Numa primeira instância, os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade estão incorporados na análise da qual resulta a notação de rating ESG. Ainda, são considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.

Adicionalmente, e de forma a verificar o cumprimento do princípio “*Não prejudicar significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável*” previsto no ponto anterior foram considerados os indicadores referidos.

Para o investimento através de fundos e ETFs, dependendo da metodologia adotada por cada sociedade gestora para aferição das métricas de sustentabilidade dos fundos sob sua gestão, podem ou não ser considerados os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, sendo que os mesmo fazem parte das metodologias adotadas pela generalidade das sociedades gestoras para gestão dos fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR. Compete a cada sociedade gestora e para cada fundo gerido, consoante os seus objetivos em termos ESG determinar quais os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade mais relevantes para a análise, selecionando, para além dos indicadores mandatórios (indicadores sobre emissões de gases com efeito de estufa, proteção da biodiversidade, emissões para o meio aquático, emissão de resíduos radioativos, e indicadores sociais sobre questões sociais e laborais) indicadores adicionais quer na ótica ambiental como social.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Conforme referido no ponto anterior relativo a como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, a IMGA tem em consideração os diversos indicadores ambientais e sociais. Adicionalmente, são ainda considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas. Assim, para os fundos geridos pela IMGA estes indicadores dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade foram considerados de acordo com a metodologia da sociedade.

No entanto, o Fundo apenas se encontrava investido noutros OICs, alguns dos quais geridos pela IMGA e para os quais foram considerados os critérios acima referidos relativamente aos indicadores ambientais e sociais considerados para efeitos de cumprimento do princípio “*não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável*”.

Para os fundos geridos por outras sociedades gestoras, compete a cada sociedade gestora desenvolver e implementar o seu modelo de investimento sustentável, podendo ou não considerar estes indicadores no mesmo.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem os **maiores investimentos** efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2025 a 31/12/2025.

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos
European Specialist Investment funds M&G European	Unidades de Participação	10,32%
GS EURO CREDIT- I CAP EUR	Unidades de Participação	9,77%
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	Unidades de Participação	8,70%
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	Unidades de Participação	8,00%
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	Unidades de Participação	6,35%
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	Unidades de Participação	5,86%



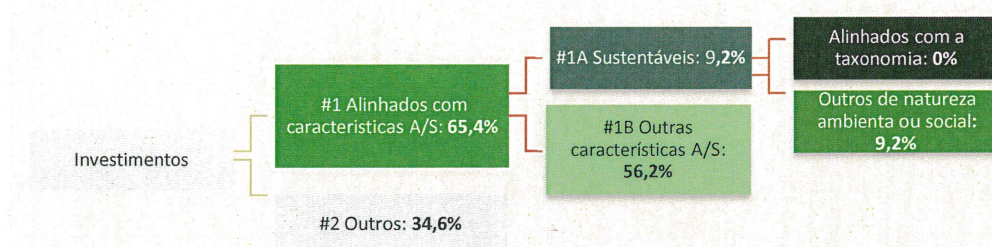
Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Unidades de Participação	Unidades de Participação	97,9%
Liquidez	Depósito à Ordem	2,3%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?

Sim:

Gás fóssil

Energia nuclear

Não

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao gás fóssil incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à energia nuclear, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

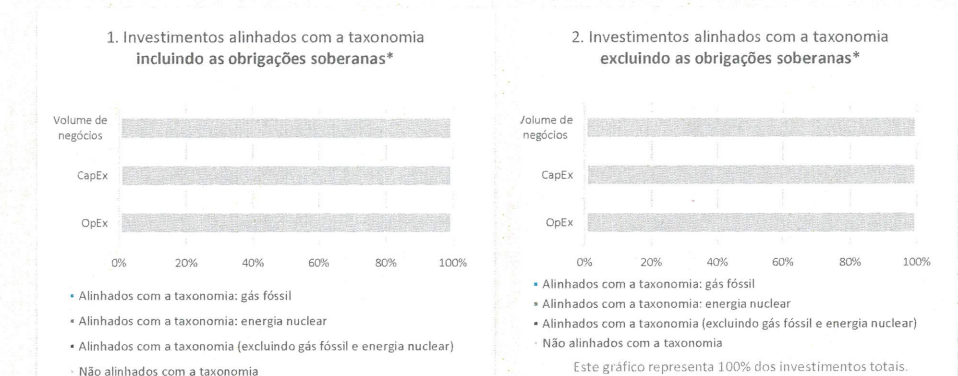
As atividades capacitantes permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As atividades de transição são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



* Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Para analisar a percentagem do Fundo que se encontra alinhada com a Taxonomia da UE de acordo com as métricas referidas no gráfico acima, necessitamos dessa mesma informação por parte das sociedades gestoras dos fundos que constituem a carteira de ativos. Essa informação não se encontra, de momento, disponível.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Dada a ausência de informação de forma compilada e de fácil acesso fornecida pelas sociedades gestoras em que o Fundo investiu, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG e a



quota-parte dos fundos de investimento que ultrapassam os valores mínimos definidos pelos documentos constitutivos dos mesmos, bem como os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do Regulamento SFDR ou para os quais não existe informação disponível.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e gestão da liquidez.

Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, utilizados para gestão da duração do fundo e, conseqüentemente, exposição ao risco de subida da taxa de juro e cambiais.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade. É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

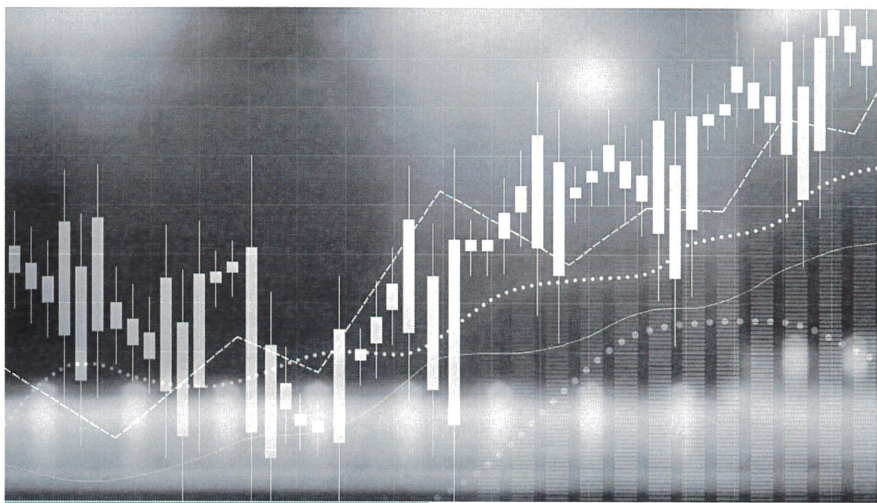


Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em fundos com objetivo alinhado com o seu, ou seja, em fundos que procurem a promoção de características ambientais e/ou sociais.

Na gestão dos fundos, a IMGA procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Procurou-se ainda incrementar a exposição a fundos geridos por sociedades gestoras que incorporem características ESG no seu processo de gestão.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

A handwritten signature or mark, possibly a stylized letter 'J' or a similar symbol, located in the bottom right corner of the page.

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Alocação Defensiva - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 18 962 551 euros e um total de capital do OIC de 18 934 259 euros, incluindo um resultado líquido de 506 399 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Alocação Defensiva - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

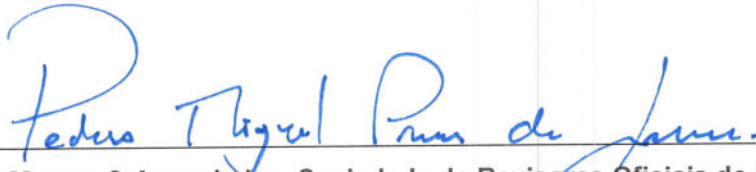
Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)